

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Instituições escolares e comunidade 1890 -1910

Aline Cristina Basso¹

Este trabalho traz apontamentos desenvolvidos como parte de uma pesquisa sobre educação não escolar na cidade de Piracicaba. A partir deste foi percebido uma grande diversidade de instituições escolares na cidade durante o período de 1890-1910. Por conta do cenário político educacional da época tais instituições articulavam diversos âmbitos seja ora o município, hora o governo estadual e hora a própria comunidade local. A percepção das diversas instituições escolares chamam a atenção para a participação da comunidade, seja por meio de grupos de trabalho, nacionalidade, ou o próprio bairro, que se envolviam na constituição e ou manutenção das escolas.

Parte-se aqui do pressuposto que as instituições escolares produzem e são produzidas a partir das relações com seu meio social. De modo que “o lugar da escola no tempo da cidade indica um projeto de sociedade em que espaço e tempo estão entrelaçados em uma e outra, através de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente” (PESSANHA e SILVA, p. 109, 2006). Ainda, é preciso destacar, que as culturas escolares empreendidas no processo de escolarização dialogam de maneira muito especial com as práticas sociais, ora oriundas da região em que se localizam as cidades, ora de seu contexto maior.

Neste sentido JULIA (2001) destaca uma forte relação nem sempre pacífica, entre o saber escolar e a cultura da sociedade, demonstrando como critérios puramente escolares poderiam se tornar elementos de distinção na sociedade. Em suas palavras:

(...) para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização (...) (JULIA, 2001, p. 11).

¹ Historiadora e mestre em Educação pela UNIMEP atualmente é professora na rede pública do Estado de São Paulo.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Pretende-se, neste trabalho, reconstruir o panorama educativo da cidade de Piracicaba por meio da análise de fontes primárias, em especial o *Relatório da Câmara Municipal do triênio 1899-1901*, que é o primeiro relatório da cidade que conhecemos e que trata o assunto da Instrução Pública de maneira mais detalhada, destacando os aspectos geradores desse processo. O trabalho visa colocar esta fonte em diálogo com dois jornais locais da época, a *Gazeta de Piracicaba* e o *Jornal de Piracicaba*, acreditando que o cruzamento entre estas fontes possa nos trazer novos elementos que nos ajudem em nossa dupla tarefa. Nessa perspectiva, este trabalho articula-se às novas possibilidades que emergem com a inserção da História Cultural no campo temático da História da Educação.

Trabalhar com o Relatório da Câmara Municipal significa também perceber as relações entre dados registrados nos relatórios e a constituição do estado moderno no Brasil, possibilitando uma leitura de como este se relaciona com a população. Intenciona-se aqui articular os dados presentes nos documentos analisados com as contribuições impressas nos jornais, destacando a evolução dos números de instituições de ensino, número de matrículas, controle de frequência, gênero e grupo social que cada escola atendia, dados que envolvam tanto as instituições de ensino consolidadas quanto cadeiras isoladas. O desenvolvimento de investigações como esta tem proporcionado perceber a expansão da escolarização como um dos mais importantes e duradouros fenômenos dos estados modernos que se gesta no conjunto das práticas e representações sociais e pode ser percebida como forma de atuação e de produção de um Brasil republicano.

Já os jornais, testemunhas de uma época, contam com diversos anúncios de escolas particulares, aulas particulares, prazos para matrícula em instituições públicas. Uma vez que as instituições de ensino tornavam-se uma inspiração de modernidade e civilização e se confundem com as transformações e crescimento urbano. Em geral, todas as cidades cresceram, mas o maior salto ocorreu em São Paulo, onde “a grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulista passou de 64.934 para 239.820 habitantes, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a taxa geométrica de 14% de crescimento anual” (FAUSTO, p. 286).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Em outros momentos os jornais nos evidenciam o contexto maior, muitas vezes estadual, as vezes mundial. Destacando diferentes propostas educacionais podemos perceber, de certo modo, a forma como as determinações que legislavam sobre a instrução eram sentidas ou vivenciadas pelas diversas instituições e setores sociais. Os anúncios e textos refletem, uma característica da época, a grande diversidade de modelos institucionais de educação. Em 1903 uma nova lei sobre a cobrança de taxas para matrículas em instituições públicas evidencia algumas destas instituições presentes no Estado de São Paulo: escola politecnica, ginasio, escola normal, escola complementar, escola modelo, escola agricola e jardim de infancia, escolas isoladas, grupos escolares, institutos disciplinar e seminarios.

Como articula o jornal Gazeta de Piracicaba em fevereiro 1894 a “nova era após queda do regime monárquico centralizado” permitia que a ampla carreira de instrução pública do Estado de São Paulo desenvolvesse a elevação do nível social do povo. Contado em todo o estado com 1.000 escolas públicas preliminares e complementares mais faculdade de direito e seu curso preparatório e a escola normal. Enquanto estavam sendo criadas mais 3 escolas normais, ginasio, politecnica, curso anexo da farmácia, escola industrial e agricola.

Em uma de suas primeiras cartas enviada aos Estados Unidos em setembro de 1881, Martha H. Watts, fundadora do Colégio Piracicabano, descrevia Piracicaba como sendo uma cidade agradável formada por “algo entre cinco e oito mil pessoas”, com “duas escolas públicas – uma para garotos e outra para garotas, e um grande número de escolas privadas” (MESQUITA, 2001, p. 33). Em maio de 1894 o jornal Gazeta garante a possibilidade de execução da lei de obrigatoriedade do ensino preliminar na cidade. Das crianças de sexo masculino em idade escolar havia 139 matriculados em instituições públicas, 319 estavam em instituições particulares e 255 não recebiam instrução, totalizando 713 meninos. Das meninas, 137 estavam em instituições públicas, outras 285 em privadas e 202 não estavam recebendo instrução, somando um total de 624. Apesar de, num total de 1337 menores, um terço estar fora da escola o mesmo não ocorria por falta de vagas. Ainda segundo o mesmo artigo havia em Piracicaba neste ano 9 escolas públicas, 6 particulares, 3 colégios e 2 escolas noturnas de ensino gratuito.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Neste período Piracicaba já apresentava um quadro político bastante complexo, em medida justificado pelo processo de urbanização iniciado em meados do Império brasileiro e que ganhara mais força com a abolição do tráfico de escravos bem como com a hegemonia da produção cafeeira e a intensificação da imigração de origem europeia. Aos poucos, a aristocracia vai dando lugar a uma nova classe social, a burguesia paulista, que a partir do final do século vai assumindo os destinos da Nação, “beneficiado com novas técnicas de produção, novos meios de transportes, novos recursos, enfim, que na realidade, se resumiam na palavra *progresso*” (TORRES, 2009, p. 180).

Como consideram Basso e Guarasemini (2012), o período de transição do século XIX ao XX é marcado por várias medidas de intervenção no espaço público, desejosas de difundir no espaço da cidade a modernização que reclamavam as elites cafeeiras que modificam as experiências dos cidadãos. Juntamente com as melhorias neste espaço, como edificação de prédios, que forjou em 1892 a necessidade de se contratar um engenheiro, tenta-se educar também posturas, criando-se lugares disciplinares como asilos, bibliotecas públicas e escolas. Outras modernizações invadiam o espaço da cidade: Em agosto de 1893, após empenho do industrial Luiz Vicente de Sousa Queiroz², era inaugurada a iluminação pública em Piracicaba. Por um conto de réis, segundo anúncios no jornal *A Gazeta* de 18 de Outubro de 1896, era possível assistir a uma sessão de cinema em Piracicaba. Esta *Última palavra da ciência! A maior maravilha do século!* também entrava para o cenário piracicabano. Sendo dessa forma preciso considerar que com os melhoramentos urbanos muda-se também a forma de como os cidadãos se apropriam de suas próprias experiências dentro da cidade.

Dessa forma, também o ideal de instrução se fortalece orientado por concepções de mundo que buscam definir condutas e hábitos. Esse discurso que articula escolarização e civilização é visto por Faria Filho como um discurso fundador do campo educacional e que “pretendem mostrar a centralidade da educação escolar e da instrução na constituição da civilidade e, mais tarde, da ordem e do progresso” (2003, p. 81-82). O processo de escolarização, então entendido como medida para propagar a instrução,

² Luiz de Queiroz tem papel de destaque na história educacional da cidade, além de ser o primeiro na indústria de tecidos e na iluminação elétrica em Piracicaba também se empenhou pela construção de uma Escola Prática de Agricultura em Piracicaba.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

une-se aos projetos de modernização da cidade e passa a ser empreendido em escala significativa.

Anos depois, as vésperas dos acontecimentos de 1900, Piracicaba, segundo o Relatório da Câmara da Comarca do triênio de 1899- 1901, contava com 2.092 casas para uma população estimada em 11.060 habitantes que pagavam. Neste período havia na cidade cerca de 3.006 estrangeiros de várias nacionalidades que se somavam aos 8.054 brasileiros. Destes 5.207 eram homens e 5.853 mulheres. Piracicaba era uma cidade com um potencial jovem bastante expressivo. Os relatórios apontam para um contingente na faixa etária de 1 a 20 anos que chegava a ordem de 4.835 pessoas, destas 2.106 crianças em idade escolar, sendo 1.004 meninos e 1.102 meninas.

Em matéria de educação Piracicaba se impunha entre as mais representativas da Província paulista com aproximadamente 35 escolas e colégios que compunham um cenário bastante animador de instrução. Compunha este cenário duas escolas particulares de alto padrão – o Colégio Piracicabano de origem protestante, e o Colégio Assunção, católico, ambas fundadas nas duas últimas décadas do século XIX e que se estabeleciam como modelos de organização escolar e pedagógico.

O Relatório da Câmara descreve ainda um fato curioso de que aproximadamente 5.555 pessoas sabiam ler, ou seja, metade da população, o que era incomum para a época. Entretanto, podemos comparar essa informação em outros Relatórios ou considerar esse dado como construção e procurar compreender o que o conceito de leitura e de leitor significava para as pessoas daquela época. Sabe-se que em 28 de fevereiro de 1892 inaugurava-se o Gabinete de Leitura, segunda biblioteca pública da cidade, localizada à rua Prudente de Moraes na casa de seu presidente, o senhor José Miguel de Andrade.

No Relatório da Câmara de Piracicaba do triênio de 1899 a 1901, apresentado à Câmara em 7 de janeiro de 1902, Moraes Barros³ deixa claro que “os registros só concentram nos fatos mais dignos de nota”. Tentando abranger os diversos ramos do serviço público que “visavam o progresso material e elevação moral do município” (p. 6), se dedicam aos seguintes temas: instrução, finanças, higiene, rede de esgotos, abastecimento de água, viação pública, iluminação, recenseamento urbano, leis e

³ Paulo de Moraes Barros, era no triênio tratado Presidente da Câmara Municipal. É uma figura importante para a História de Piracicaba dando nome, como apresentaremos a seguir a rua e escola.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

resoluções. Dos Relatórios da Câmara de Piracicaba pesquisados, o que corresponde ao triênio 1899-1901 é o que mais dedica páginas e descrições à instrução no município e, por isso, é tomado como fonte de informações para o presente artigo.

Em relação à instrução pública, o Relatório considera “bastante animador o estado atual da instrução no município, quer na parte devida à ação do Estado, quer na parte devida à ação da Câmara municipal”. Sinalizando que todas as instituições de ensino interessariam direta ou indiretamente, passou-se a descrever o estado atual das escolas, separando-as entre estaduais, municipais e particulares.

Em ofício da Câmara, localizado por Guerrini (2009), datado do dia 5 de abril de 1895, endereçada à presidência do Estado, estava uma proposta do Dr. Manuel de Moraes Barros, considerando necessária a criação, nesta cidade, de um Grupo Escolar acompanhado de uma Escola Complementar e oferecendo para a edilidade a soma de 20:000\$000. Em fevereiro de 1900, a Câmara teria representado ao governo do Estado interesse e necessidade de se criar dois Grupos Escolares na cidade, oferecendo a quantia de 20:000\$000 para sua criação.

O **Primeiro Grupo Escolar** (depois Barão do Rio Branco) é descrito no relatório como portador do prédio mais belo dentre as demais escolas públicas. Tal prédio foi construído pelo Governo do Estado, na parte sul da cidade ao longo da rua Ypiranga, tendo a Câmara concorrido com 38500\$00. O Grupo escolar vinha atendendo 370 alunos. Anos depois, em 1904, a escola continua crescendo. Havia matriculado 208 meninos e 216 meninas, totalizando 424 alunos. Já o **Grupo Escolar Moraes Barros** estava situado em prédio particular, alugado pelo Estado por 2000\$000. Situado na parte norte, atendia 320 alunos de ambos os sexos. A Câmara tinha construído 2 telheiros para abrigo de alunos no recreio e vinha se esforçando, apesar de não ter conseguido, obter do governo edificação de casa própria para o Grupo funcionar. Em 1903 a camara aprova obras para o prédio do Grupo Escolar Moraes Barros. As duas escolas, em 1901, atendiam a sua capacidade máxima, deixando de atender novos pedidos de matrículas: o 1º Grupo Escolar deixara de atender 100 pedidos de matrículas e o Grupo Escolar Moraes Barros outros 160.

A **Escola Complementar** (depois Sud Menucci), que estava situada na Rua do Rosário, em um prédio construído pela Associação Propagadora de Instrução, então

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

extinta, foi adquirida pela Câmara Municipal e doada ao Estado para manutenção de curso secundário. Com o propósito de formação profissional, com habilitação para o magistério público, em 1901 chegou a ter 85 alunos e 109 alunas. Em 1902 já possuíam um número superior a 120 matrículas. Para o Relatório, esta seria o estabelecimento que mais mostrava resultado para o município, tendo 15 professorandos da 1ª turma de 1900 e 14 na turma de 1901. Mas Chiareli (2008) alerta que vários fatos, como a distância da escola para os ruraristas e falta de vagas afetavam dificultavam o acesso à escola. Em suas palavras “poucos que tinham recursos materiais e físicos de freqüentarem e viverem o universo escolar republicano. Na verdade, era uma elite da sociedade que conseguia ingressar na Escola Complementar” (p.92).

A **Escola Noturna Estadual** estava situada na Rua do Comércio e possuía 34 alunos, sendo quase todos operários menores. Sobre esta escola Guerrini (2009) destaca que em 5 de abril de 1894 informavam as notícias locais que a escola noturna municipal funcionava no prédio da cadeia pública, e “estava às moscas, pois os alunos estavam com medo do 'recrutamento’” (p.249). Quando mudou para um prédio particular, as matrículas se elevaram. Já o jornal Gazeta de 22 de abril de 1894 ao relatar uma visita do inspetor literário à escola encontrou 39 dos 50 alunos matriculados e a considerou “modesta e emancipada da anarquia dos programas espetaculosos”.

Das escolas isoladas, foram descritas pelo Relatório da Camara a da **2ª Cadeira**, situada na rua São José com 48 alunas; a **5ª cadeira**, na rua Boa Morte com 30 alunas. Nesta escola destaca-se a presença da prof. Francisca Elisa da Silva que se aposentou em dezembro de 1901, com 28 anos de exercício sem ter tirado uma única licença; e uma terceira escola na **Vila Rezende** destinada aos alunos do sexo masculino que, na época, segundo o Relatório, contava com 26 alunos. Mas não podemos desconsiderar que outras instituições no campo também surgiram, como a Escola na Fazenda Pau d’Alho, na zona rural que, em março de 1898, segundo Chiareli (2007) já funcionava. Das escolas desenvolvidas por meio de iniciativas de fazendas particulares, não temos notícias pelo Relatório da Câmara investigado, mas por outras fontes⁴; sabe-se que durante a primeira década de 1900 também havia uma escola na Fazenda Santo Antonio.

⁴ Processo-Crime de Defloração acervo judiciário de Piracicaba. Espaço Memória Acervo Piracicabana/CCMW/UNIMEP.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

A **Escola Agrícola** foi inaugurada em 3 de junho de 1901, com 30 alunos. O Relatório destaca que a distância de 2 km da Escola Agrícola da cidade oferecia dificuldade de transporte para alunos e professores e indica a necessidade de empenho da Câmara nesse sentido ao afirmar que "a Escola Agrícola há de ser um sinal do progresso do nosso Estado, incontestavelmente será um verdadeiro patrimônio do nosso município, tão grande, tão importante, que um futuro não remoto, serão largamente compensados todos os sacrifícios que por ela forem feitos" (p.8).

De acordo com Perecin (2004, p.26) foi a necessidade de transformação dos meios produtivos, pensando em melhores resultados qualitativos e quantitativos exigidos pelos mercado que induziu a construção social da ciência agrônoma. Durante o primeiro semestre de 1901 a Escola Agrícola estava passando ainda por sua pré-inauguração e como nos lembra Molina (2011), o acordo de doação da fazenda realizado entre Brazilian Gentleman e o Estado de São Paulo estava expirando, tendo inclusive uma clausura determinando a devolução da propriedade, caso a construção da instituição escolar não vingasse em dez anos. Para Molina (2011), os trabalhos de adaptação foram realizados com certa presa sendo de caráter emergencial para que, por contrato, a propriedade não fosse desvinculada das mãos do Estado. Mas, pelas notícias divulgadas no jornal Gazeta, muito relacionado a elite política local, se imprimiam ideais de sucesso na instalação.

Apesar de destacar as escolas estaduais, a Câmara procura deixar bem claro que, tem procurado auxiliar o Estado na instrução pública, mas que não tem, contudo, se "olvidado" de impulsionar a sua própria. Nas escolas do **Campestre e Baptista**, a Câmara espera que a população ajude (oferecendo casas e colaborando com os provimentos). Na escola do Campestre os moradores pretendem construir casas e oferecer à Câmara. Já no Baptista, a escola esteve funcionando, mas foi suspensa porque a média de frequência dos alunos estava muito baixa. Em 1903 a escola do Campestre já atendia a 37 meninos embora só contasse com 9 meses de existência.

A **Escola Municipal Noturna** funciona em salas do prédio da própria Câmara Municipal. Com 33 alunos, do sexo masculino, sob controle do prof. Jacintho Antenor da Silva Mello, que estava na época quase invalido e contava com um ordenado mensal de 100\$000. A **Escola de Tanquinho** também se destinava a educação dos meninos,

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

tendo no período 22 matriculados. O prof. dirigente era João Alves de Almeida que tinha um ordenado de 150\$000. Havia uma preocupação quanto ao decréscimo das matrículas no triênio e se esperava apurar as causas que deveriam ser removidas.

A **Escola de Xarqueada** funcionava em prédio cedido, era uma escola mista, que contava com 72 alunos e estava sob controle da profa. Carolina Cintra que também tinha um ordenado de 150\$000. Dois anos depois noticia a Gazeta que foram examinados 41 alunos.

Quanto aos colégios e escolas particulares contava-se neste triênio 10 instituições. Algumas particulares em pouco tempo de instaladas fechavam as portas como nos lembra Guerrini (2009) ao retratar que o **colégio Ipiranga** iria fechar as portas, na década de 1890, depois de 5 anos de existência. O jornal Gazeta noticiava seu fechamento e a abertura de um externato.

A **escola Igualitária Instructiva**, conforme o Relatório da Camara em destaque, era fruto de uma associação realizada por senadores, era noturna e possuía 60 alunos, em geral operários e menores. Os professores eram: uma aluna da Escola Comunitária e um aluno da Escola Agrícola. Segundo a Gazeta a escola Igualitária havia sido aberta em 1898 e após 6 anos de existência contava com 104 alunos matriculados em suas aulas noturnas. Um ano antes a escola contava com 62 alunos. Em 1903, um fato, chama a atenção para a preocupação da escola com a manutenção de seus alunos. Uma determinação obrigava a apresentação de carteira de vacinação para matrícula em todas as escolas públicas. Após alguns dias, a Igualitaria Instructiva não exige mais para matrícula atestado de vacinação começada as aulas todos serão vacinados.

A **Escola Cooperativa da Fábrica de Tecidos** fora fundada por ex-proprietários da fábrica e se destinava aos funcionários, sendo, portanto noturna. Contava com 90 alunos e estava situada na rua Luiz de Queiroz.

Já o **Colégio Piracicabano** é descrito no Relatório como o estabelecimento particular mais antigo da cidade, contando na época com mais de 20 anos de experiência. Tinha sido fundado e dirigido por uma associação de senhoras dos Estados Unidos do Norte e “assegura aos seus alunos a mais sólida instrução, ministrada de acordo com os métodos da moderna pedagogia”. Tinha na época 133 alunos de ambos os sexos.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

A importância deste colégio costuma ser sempre lembrada por quem se volta para a História da Educação na região, sobretudo no que se refere ao currículo escolar que incorporará uma série de conteúdos inéditos nas escolas brasileiras. A hipótese levantada por Boaventura (2007) de que o projeto educacional da Igreja Metodista alcançou relativo êxito, também pelo fato que encontrou na cidade um ambiente favorável à circulação de sua proposta dentro da fase de transição do Brasil Império para o Brasil Republicano ajuda a entender a importância de sua proposta pedagógica para o presente projeto.

Já o **Colégio Assumpção** era modelado pelo Colégio Patrocínio da cidade de Itu, fundado por freiras irmãs de São José. Segundo Guerrini (2009) foi em 10 de agosto de 1893 que chegaram as 6 primeiras freiras irmãs de São José de Chambéry para tomar conta do colégio de meninas que mais tarde recebeu o nome de Colégio Nossa Senhora da Assunção. Tinha mais de 150 alunas e em 25 de janeiro de 1901 seu prédio junto à Igreja Boa Morte foi completamente destruído por um incêndio. Tendo funcionado, a partir de então, em 2 edifícios alugados no extremo sul da rua do Comércio para acolher suas 80 alunas. Novo prédio estava sendo construído no mesmo lugar do antigo a partir de março do ano em que escreviam o Relatório.

Já as **Escola dos Capuchinhos** era gratuita e se dedicava também a catequese, tinha prédio próprio ao lado da Igreja e se situava na rua Saldanha Marinha, tendo mais de 120 alunos. Para os relatores este fato demonstra a necessidade de construção de mais de um grupo escolar e da criação de novas escolas públicas, que possam abrigar o maior número possível de crianças, “onde lhes seja ministrada a salutar instrução leiga” (p. 12).

Havia outros colégios, um pouco menores, que poucas informações foram postas no Relatório. É o caso do **colégio Tristão Mariano** situado na rua Prudente de Moraes, que possuía 48 alunos de ambos os sexos, também havia a escola da rua Luiz de Queiroz que possuía 38 alunos, já a **Escola Italiana Humberto I**, da rua da Direita, tinha 65 alunos, a **Escola Instrução da Sociedade de Mutuo Socorro** estava na rua do Comércio e também atendia exclusivamente a meninos e estava no período com 30 alunos, outra escola era a da **Dona Eulalia Pinto**, reaberta em 1892, estava situada na rua da Direita e por último a **escola de Dona Guilhermina Huffen Becher** próxima ao

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

largo municipal se dedicavam a apenas educação de meninas. A primeira estava com 13 alunas e a segunda com 25.

Quanto às considerações possíveis que este trabalho remete, primeiramente cabe destacar a emergência de uma vasta diversidade de instituições no cenário da cidade. Algumas dessas escolas, como seria o caso do Colégio Piracicabano e do Colégio Assumpção, tiveram sua criação relacionada a grupos de outras localidades, mas, obviamente, suas aspirações tinham significados para os cidadãos de Piracicaba a ponto de se destacarem. Outras escolas, sobretudo relacionadas a grupos e organizações civis locais, também estavam presentes no cenário piracicabano e nos mostram a direta relação sociedade e escola. As questões relativas a concessão de prédios às escolas públicas também evidenciam a proximidade dessa relação. Todas as Instituições pareciam compor, aos olhos dos relatores do Relatório, o quadro de otimismo em que a escola era percebida. Considerando que as instituições escolares produzem e são produzidas a partir das relações com seu meio social.

A “desoficialização” do Ensino estabelecida no cenário brasileiro por conta de várias medidas de que se mesclavam com o federalismo desejado, política e economicamente possibilitaram que esta relação fosse se fixando em tons locais. As instituições escolares são correspondentes a necessidades que os próprios habitantes sentiam. O processo de escolarização, então entendido como medida para propagar a instrução, une-se aos projetos de modernização da cidade e passa a ser empreendido em escala significativa. De todo modo, o Relatório aponta que a isenção de impostos a diretores e professores de colégios, facultada pela Câmara Municipal, incentivaram esse desenvolvimento. E ainda, o orçamento para a instrução pública era de 8000\$, verba que excedia as necessidades de despesas das escolas existentes, o que permitiria a instalação de novas escolas.

Entretanto, não vale a pena ser simplista a ponto de imaginar que este quadro signifique acesso ao ensino a todos os habitantes. O quadro demonstrativo dos alunos nos 22 estabelecimentos de ensino de Piracicaba, no período, aponta o atendimento de 1881 alunos, sendo 1787 da cidade e 94 dos bairros de Tanquinho e Xarqueada. Ressalta o fato de que tendo o recenseamento de 1900 verificado a população escolar urbana em número de 2.372, 583 crianças ainda não recebiam instrução; destas, mais de

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

300 não recebiam porque não encontraram vagas nas escolas. Uma vez que, evidentemente, muitas pessoas não tiveram acesso às escolas, nem tinham necessidades delas, e não temos notícias em que medida os matriculados chegaram a frequentar as aulas.

Fontes:

Relatório da Câmara Municipal no triênio de 1890-1901. Acervo CEPEME/UNIMEP.

Relatório da Câmara Municipal de 1915. Acervo CEPEME/UNIMEP.

Jornal de Piracicaba 1880 – 1910. Acervo da Biblioteca Municipal de Piracicaba.

Gazeta de Piracicaba 1898 – 1904. Acervo da Biblioteca Municipal de Piracicaba.

Referências Bibliográficas

Basso, A. C. & Guarasemini, L. E. (2012) “Ao Chic Piracicabano: Educação e Cotidiano”. VII Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp: Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades. Pp. 274-369.

Boaventura, E. (2007). Duas Ênfases Históricas do Projeto de Educação Metodista no Brasil em seus Primórdios. In: VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 2007, VITÓRIA: UFES, 2007. v. 01.

Bresciani, M. St. A Cidade: Objeto de Estudo e Experiência Vivenciada. REV. BRAS. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS. V.6, N.2 p. 9-26.

Carvalho, J. M. (1990) A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras.

Chiareli, C. P. (2007) A Escola Complementar de Piracicaba segundo o jornal local Gazeta (1897-1911): uma análise dos noticiários cotidianos à luz dos discursos da Primeira República. Dissertação de Mestrado em Educação. Piracicaba: UNIMEP.

Faria Filho, L. M. (2003) O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA & VEIGA, (orgs.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 77-95.

Fausto, Boris. (2010) História do Brasil. 13ed. 2 reimp. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

- Guerrini, L. (2009) História de Piracicaba em quadrinhos. Piracicaba, SP: Equilíbrio Editora, vols. 1 e 2.
- Julia, D. (2001) A cultura escolar como objeto histórico. Revista *Brasileira de História da Educação*. N. 1, jan/jun., p. 09-43.
- Le Goff, J. (1998) Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, – (Prismas).
- Mesquita, Z. *Evangelizar e civilizar*. (2001) Cartas de Martha Watts, 1881-1908. Piracicaba, SP: Editora Unimep.
- Molina, R. S. (2011) Escola Agrícola Prática ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências – 1881 a 1903. Dissertação de Mestrado em Educação. Campinas: UNICAMP.
- PERECIN, M. T. G. (2004) Os Passos do Saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- PIRACICABA. Série Patrimônio Cultural de Piracicaba. Vol,1. DPH IPPLAP, 2012.
- Pessanha & Silva. (2006) Tempo de cidade, lugar de escola. In: *Cadernos de História da Educação*. V. 5, jan./dez., p. 109-121.
- Priore & Venancio. (2010) Uma Breve História do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- Pessanha, E. C. & Silva, F. C. (2006). Tempo de cidade, lugar de escola. In: *Cadernos de História da Educação*. V. 5, (jan./dez), p. 109-121.
- Torres, M. C. T. M. (2009) *Piracicabano século XIX*. São Paulo: Equilíbrio; Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba – IHGP.
- VIÑAO FRAGO, La escuela y la escolaridade como objetos históricos, facetas y problemas de la historia de la educación. Revista de História da Educação. Pelotas, vol. 12 n. 25, 2008, p. 9-54.